



AFONSO DE ALBUQUERQUE

MÍDIA E DEMOCRACIA: BRASIL E ÁFRICA DO SUL EM PERSPECTIVA
COMPARADA

Artigo apresentado ao **Grupo de Trabalho de Comunicação e Democracia** no V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 8 e 10 de maio de 2013.

ISSN 2236-6490

MAIO 2013

Mídia e Democracia: Brasil e África do Sul em perspectiva comparada

Afonso de Albuquerque (UFF)

“A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação. E, obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. E esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo”¹.

Reproduzida pelo jornal *O Globo*, a declaração da presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) Maria Judith Brito é reveladora sobre o modo como setores da grande mídia percebem o papel que lhes cabe desempenhar na vida política brasileira. Em linhas gerais, esses setores definem este papel tendo por referência o modelo liberal clássico do *Fourth Estate*, como uma instituição que, na qualidade de cão de guarda da sociedade, atua como instrumento de *accountability* do governo e das instituições públicas e, de modo mais específico, ao modelo americano de jornalismo independente, nos termos do qual eles assumiriam um compromisso com a transmissão de informações acuradas – “objetivas” – para o seu público, para além de qualquer interesse partidário (Schudson, 1978, 2002). De acordo com este modelo, quanto maior for o nível de liberdade desfrutado pelos meios de comunicação, maior também será a sua capacidade de promover a *accountability* dos governos e combater a corrupção (Carnaj, 2012; Stapenhurst, 2000).

Contudo, a declaração de Brito parece destoar dessas premissas em alguns aspectos fundamentais, na medida em que ela descreve a responsabilidade dos veículos

¹ <http://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045#ixzz2HndMBDbY>

da imprensa em termos fundamentalmente partidários, antes que técnicos: mais do que simplesmente vigiar o governo, trata-se de fazer oposição a um governo, chefiado por um determinado partido, o Partido dos Trabalhadores (PT). Com base nisto, seria tentador sugerir que a declaração aponta para uma (re)definição da imprensa brasileira na direção de um compromisso com o modelo de jornalismo partidário. Neste modelo de jornalismo, que tem uma sólida tradição em diversos países – e particularmente na Europa Ocidental – os jornais expressam pontos de vista que correspondem aos diferentes partidos políticos (Blumler & Gurevitch, 2005; Hallin & Mancini, 2004; Seymour-Ure, 1974). Contudo, esta inferência não seria correta, visto que: 1) todos os veículos da imprensa – ou pelo menos todos aqueles julgados relevantes – supostamente compartilham a mesma missão de fazer oposição ao governo petista; 2) este dever não se justifica pela presença de uma oposição institucionalizada, a qual caberia aos veículos jornalísticos representar mas, ao contrário, pela sua *ausência*.

Uma terceira possibilidade seria classificar a declaração como indicadora de um modelo híbrido, que combina as características dos dois modelos anteriores. Embora atraente à primeira vista – dado que, de fato, elas se fazem presentes – o conceito de hibridismo deixa de lado a questão fundamental: que lógica específica permite que elementos aparentemente tão distintos se articulem em um mesmo modelo? Em que circunstâncias as organizações midiáticas podem reivindicar um compromisso com valores universais e, *ao mesmo tempo* patrocinar uma agenda política particular? Um possível caminho para responder a estas questões seria partir da sugestão de que, ao longo de um processo histórico que se iniciou no século XVI, as sociedades do chamado Ocidente lograram um considerável sucesso em se apresentar às demais como portadoras de valores universais, que as legitimavam a desempenhar um papel civilizador frente às outras sociedades (Chakrabarty, 2000; Wallerstein, 2007). A situação ganha contornos particularmente interessantes no contexto de sociedades periféricas em que: 1) uma elite ocidentalizada se acredita cercada por uma população inculta e; 2) uma imprensa orientada para a elite, tanto no que diz respeito às características do público leitor, quanto nas perspectivas por elas esposadas; 3) um governo exercido por grupos políticos cuja agenda política diverge significativamente das perspectivas adotadas pela imprensa. Este parece ser o caso não apenas do Brasil, mas também de outros países da América Latina (Venezuela, Argentina e Equador, por

exemplo) e também da África do Sul. Naturalmente, as características dos sistemas políticos e midiáticos destes países, bem como o tom das relações entre mídia e política são bastante diferentes em cada um destes casos.

Este artigo se propõe a considerar, sob uma perspectiva comparativa, a relação entre imprensa e instituições políticas no Brasil e na África do Sul. Também neste país, o papel de cão de guarda (*watchdog*) atribuído à imprensa também tem sido descrito por jornalistas “em termos que a associam a um partido político de oposição” (Wasserman, 2010: 248). A escolha desses dois países como referenciais da análise comparativa se justifica por três motivos principais. Em primeiro lugar, os dois países têm sido geralmente considerados como casos bem sucedidos de transição rumo à democracia, de tal forma que, neles, a adoção de uma postura de oposição em relação ao governo por parte de setores da mídia não se justifica como decorrendo imediatamente do seu compromisso fundamental com a democracia. Em segundo lugar – e ao contrário do que ocorre em relação aos demais países sul-americanos – Brasil e África do sul não são geograficamente históricos nem estabeleceram padrões de intercâmbio sólidos o bastante para sugerir que o discurso comum resulte em alguma medida da influência de uns sobre outros ou que eles compartilhem de um mesmo ethos; alternativamente, eles podem ser entendidos como respostas comuns que se apresentam nos dois países a um mesmo conjunto de circunstâncias gerais. Recentemente, contudo – e este é o terceiro motivo – os dois países se aproximaram em torno de uma agenda comum ditada pela sua participação no grupo BRICS (composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que busca se firmar como interlocutor relevante na nova ordem global.

Dado que a África do Sul e o Brasil integram o conjunto dos países classificados como democracias “emergentes” (ou da “terceira onda”), o texto inicia com um exame crítico da literatura existente sobre os processos de transição democrática (ou “transitologia”), que avalia o relativo sucesso (ou fracasso) de uma sociedade a este respeito em função da capacidade de suas instituições políticas de atingir parâmetros de desempenho semelhantes aos encontrados nas democracias ocidentais consolidadas. Em seguida ele considera, sob uma perspectiva crítica, o modo como premissas liberais – tais como o modelo da imprensa como *Fourth Estate* ou “cão de guarda” – são frequentemente acionadas para dar conta da interação entre os meios de comunicação e as instituições políticas nestas sociedades. Finalmente, a terceira parte do texto explora

alguns fatores comuns aos dois países, que podem ajudar a explicar o tipo de relacionamento que se estabelece, neles, entre os meios de comunicação e o governo.

Em particular, sustento que a África do Sul e o Brasil experimentam atualmente três tipos de realinhamento que impactam na relação entre meios de comunicação e instituições políticas, relativos: 1) à reversão de alguns padrões de desigualdade e exclusão longamente estabelecidos nos dois países; 2) à chegada ao poder de grupos previamente proscritos (ou pelo menos marginalizados), situados à esquerda do espectro político; 3) mudanças no modo de sua inserção na ordem global, dando conta de um declínio relativo do Ocidente como referencial normativo e da valorização de laços do tipo Sul-Sul, com seus vizinhos na África e América do Sul e também no grupo de colaboração internacional BRICS. Em contrapartida, os meios de comunicação hegemônicos parecem ter se mantido consideravelmente estáveis do ponto de vista da sua propriedade, da composição social e do *ethos* profissional dos seus jornalistas e da sua orientação para a elite e para o Ocidente. Como isto se dá, e quais as consequências disto é o que veremos a seguir.

Democracia e Transição Política na África do Sul e no Brasil

Um bom modo de iniciar uma análise comparativa sobre a relação que a mídia estabelece com as instituições políticas na África do Sul e no Brasil é considerar que ambos integram o conjunto de países comumente classificados como “democracias da terceira onda”. Cunhado por Samuel Huntington (1991), o termo foi originalmente aplicado para descrever o processo de transição para a democracia pelo qual passaram diversos países a partir de meados da década de 1970. Iniciado pela Revolução dos Cravos em Portugal (1974) o processo teria se espalhado para outros países da Europa mediterrânea (Espanha e Grécia), América Latina, Ásia, os países pertencentes ao bloco soviético e África. Contudo, mais recentemente o termo ganhou um novo significado: ao invés de se referir um processo histórico específico, o termo se converteu em um sinônimo para “democracias menos maduras ou institucionalizadas”, aplicado de maneira perene a um conjunto de sociedades. Esta regra não contempla de maneira semelhante a todas as sociedades do grupo. Para alguns deles – como os países da Europa mediterrânea – a transição para a democracia foi prontamente tida como um

assunto concluído; em outros ela é considerada como um processo ainda em andamento, mesmo que governos democraticamente eleitos venham se revezando no poder há décadas. Nestes últimos, a ênfase da análise tende a recair sobre a distância que separa o desempenho das suas instituições daquelas existentes nas democracias mais avançadas. Tudo se passa como essas sociedades se vissem eternamente congeladas em uma espécie de “adolescência democrática”. Este parece ser, em boa medida, o caso do Brasil e da África do Sul.

Embora a pesquisa sobre os processos de transição política tenha ganho corpo ao longo da década de 1980, é somente a partir do colapso dos regimes comunistas da União Soviética e da Europa Central e Oriental que se pode falar propriamente em um paradigma da transição democrática ou “transitologia”. Se em meados da década de 1980 O’Donnell e Schmitter definiam o objeto de sua análise como sendo a transição de regimes autoritários para “alguma outra coisa”, que poderia ser a instauração de uma democracia política ou, ao contrário, novas e mesmo mais severas formas de regimes autoritários (1986: 3), a década seguinte foi marcada pela convicção generalizada de que, ao redor de todo o mundo, as sociedades tendiam a convergir para uma democracia de estilo ocidental. De acordo com esta lógica, quanto mais as instituições dos países em transição fossem próximas daquelas existentes em democracias consolidadas, maior o seu nível de democratização. Por outro lado, desenhos institucionais diferentes dos predominantes nos países ocidentais poderiam produzir democracias pouco estáveis. Um exemplo emblemático se refere ao presidencialismo, um arranjo incomum nas democracias ocidentais – entre os países ocidentais ele só se apresenta de forma pura nos Estados Unidos – que foi considerado um fator de risco para as novas democracias (Linz, 1994, Stepan & Skach, 1994). Com o passar do tempo, porém, a confiança de que a democracia de tipo ocidental se transformaria no modelo político universal refluuiu, e os pesquisadores passaram a considerar a possibilidade de que alguns destes regimes teriam estacionado em uma “zona cinzenta”, entre a democracia e o autoritarismo.

Independentemente das mudanças no modo de avaliação dos processos de transição política, um elemento se mantém constante nestas análises: a referência às democracias ocidentais como modelos normativos para as demais. Mais do que uma mera questão epistemológica, este tipo de enfoque é ativamente patrocinado por instituições comprometidas com a difusão global da agenda política liberal. É este o

caso do periódico *Journal of Democracy*, talvez o principal veículo de divulgação do debate sobre a transição para a democracia, que é patrocinado pelo *National Endowment for Democracy*, uma instituição destinada à promoção da democracia em escala global, financiada pelo congresso americano, da *Freedom House*, instituição igualmente financiada por agências do governo americano, que tem se engajado ativamente na promoção da agenda política liberal em países de todo o mundo, e mesmo do Banco Mundial (*World Bank*), que tem se destacado particularmente na promoção de uma agenda de debates sobre a questão da corrupção. Como veremos na próxima seção, a influência exercida por estas agências no debate sobre a transição democrática leva a que, sistematicamente, a que determinados aspectos da questão sejam recorrentemente destacados, em detrimento de outros. De particular interesse, do ponto de vista deste trabalho, é a ênfase que estes trabalhos dão à liberdade de imprensa fundamental para avaliar a solidez da democracia em um dado país, ao mesmo tempo em que se eximem de discutir aspectos relativos à atuação concreta da imprensa e sua compatibilidade com os requisitos básicos da vida democrática.

A transição para a democracia percorreu caminhos diferentes no Brasil e na África do Sul. No primeiro caso, o processo ocorreu de maneira lenta e gradual: desde os primeiros passos da abertura, no início do governo do general Ernesto Geisel, até a primeira eleição direta para presidente, em 1989, se passaram uma década e meia. Na África do Sul, a transição ocorreu de modo muito mais rápido e radical, embora de forma negociada: entre a decisão do presidente F. W. de Klerk de dar fim ao *apartheid*, em 1990, e a eleição do presidente Nelson Mandela, candidato pelo anteriormente proscrito Congresso Nacional Africano, se passaram apenas quatro anos. Apesar da natureza fundamentalmente diferente dos dois processos de transição, é possível estabelecer alguns paralelos importantes entre eles, que ajudam a entender os dilemas que se apresentam atualmente na relação entre governo e meios de comunicação.

A Transição Democrática no Brasil

A transição para a democracia no Brasil ocorreu por meio de um processo longo e complexo, de tal modo que os autores frequentemente discordam quanto à delimitação dos marcos que definiriam o fim do regime autoritário e o início da nova democracia.

Em termos um tanto quanto simplistas seria possível caracterizar a redemocratização como implicando em um processo de lenta e contínua devolução do poder às instituições civis, através da liberação da censura prévia à imprensa (1977), a lei de anistia aos punidos por crimes políticos e o retorno do multipartidarismo (1979), o retorno das eleições diretas para governadores dos estados (1982), a eleição indireta do candidato opositor Tancredo Neves, em 1985 – contudo, ele chegou a se tornar presidente, acometido que foi por uma doença fatal às vésperas da posse; em seu lugar assumiu o vice-presidente eleito José Sarney, que exercera o cargo de líder do partido governista no Congresso durante o regime militar – a promulgação de uma nova Constituição em 1988 e, finalmente, as eleições diretas para presidente. Contudo, este processo não foi linear, e envolveu o recurso a diversas medidas repressivas e antidemocráticas por parte das autoridades, além de divergências na cúpula militar quanto ao caminho a ser seguido (Castro & D’Araújo, 2006; Martins, 1986).

A natureza do processo de transição brasileiro – frequentemente caracterizado como um exemplo de *transição por transação* – levou a que houvesse um grau considerável de continuidade das elites políticas entre o novo e o antigo regime (Alves, 1988; Marengo, 2007). Por esta razão, em um primeiro momento a nova democracia brasileira se fez alvo de críticas bastante duras, principalmente por parte de pesquisadores estrangeiros (“brasilianistas”). Para eles, o novo arranjo privilegiou os interesses e arranjos institucionais convenientes às antigas elites em relação a outros, mais favoráveis a uma prática efetivamente democrática (Hagopian, 1990), e deu origem a um sistema partidário frágil e fragmentário (Mainwaring, 1995; Power, 1997) e instituições políticas inadequadas, que criariam uma “permanente crise de governabilidade” (Ames, 2003: 16). Contudo, a partir de meados da década de 2000, esta tendência começou a ser progressivamente revertida. Diversos autores sugeriram que os partidos brasileiros atuam mais efetivamente na construção da agenda política e como agentes de governabilidade do que se acreditava até então (Figueiredo e Limongi, 2007; Limongi & Figueiredo, 1988; Santos, 2002), e que os índices de identificação partidária dos brasileiros – cerca de 40% dos eleitores manifestam preferência por algum partido político – não ficavam atrás dos de outras democracias (Paiva & Tarouco, 2011). É bem verdade que, conforme observou Samuels (2006) a identificação partidária no Brasil se confunde grandemente com o PT, o único partido brasileiro que

se revelou capaz de conquistar uma adesão partidária de massa, correspondente a cerca de três quintos da identificação partidária total. De todo modo, a avaliação sobre a viabilidade da democracia brasileira mudou consideravelmente, de modo que mesmo elementos geralmente julgados como fatores de baixa qualidade da democracia brasileira – tais como “o sistema partidário incipiente e os poderes de decreto presidenciais” – ironicamente se transformariam em fatores de estabilidade política (Weyland, 2005: 109).

Isto nos leva a um último aspecto: por três mandatos consecutivos, desde 2002 o PT tem dominado a presidência do Brasil, o que aponta para uma efetiva mudança de mãos no comando do país. Longe de um ponto fora da curva, a recente hegemonia desfrutada pelo PT se insere em um contexto internacional mais amplo de “virada à esquerda” de diversos países da América Latina (Castañeda, 2006, Hunter, 2011, Porto, 2012) após um período de experiência neoliberal. Em 2005 o PT foi envolvido no caso do “Mensalão”, um escândalo de grandes proporções que envolvia a compra da lealdade de deputados de outras legendas. Embora escândalos desta natureza tenham ocorrido em outros governos pós-democratização – por exemplo, a distribuição de licenças de rádio e televisão em troca de mais um ano de mandato no governo Sarney (Motter, 1994) e a denúncia de compra de votos em troca da emenda que permitiu a reeleição do presidente no governo Fernando Henrique Cardoso (Rodrigues, 1997; Miguel & Simões, 2000) – o Mensalão ganhou uma visibilidade sem precedentes por parte da grande mídia, tendo permanecido como tema de destaque na pauta dos jornais por diversos anos. Embora o episódio tenha provocado danos de curto prazo na reputação do partido, ele se recuperou, reelegeu Lula por larga margem e, em 2010 retomou os índices de identificação partidária e uma bancada parlamentar semelhante às que o partido dispunha antes do escândalo graças, dentre outros fatores, ao sucesso das políticas de redução da pobreza por ele patrocinadas (Hunter, 2011; Hunter & Power, 2007; Paiva & Tarouco, 2002; Porto, 2011; Veiga, 2002).

A Transição Democrática na África do Sul

Tal como no Brasil, na África do Sul a transição para a democracia ocorreu de forma negociada, mas a sua lógica parece mais próxima do modelo de *transição por*

afastamento voluntário do que o de *transição por transação*. Quando o presidente de Klerk deu início ao processo de transição, em fevereiro de 1990, apenas os brancos (menos de 10% da população) tinham direito ao voto; em abril de 1994 um eleitorado multirracial elegeu, com mais de 60% dos votos, o candidato negro Nelson Mandela e deu folgada maioria ao seu partido, o até pouco tempo proscrito Congresso Nacional Africano (CNA). A capacidade demonstrada pelos atores políticos dos dois lados de superar suas enormes diferenças e produzir uma solução mutuamente satisfatória foi inicialmente saudada com grande entusiasmo, saudada como um “milagre” – em 1993, antes mesmo da conclusão do processo de transição Mandela e de Klerk ganharam conjuntamente o Prêmio Nobel da Paz pelo seu esforço conjunto em democratizar a África do Sul – e o ponto de partida da substituição do *apartheid* por uma sociedade “arco-íris”, e apontada como um modelo a ser seguido por outras sociedades divididas, além de uma esperança de um novo tempo para as demais sociedades africanas. Diversas iniciativas por parte de agentes situados em trincheiras opostas durante o período do *apartheid* ajudaram a confirmar a impressão de que havia um esforço consistente de superação do passado em direção à construção de uma nova ordem. Incluem-se aí uma série de ações de natureza simbólica promovidas pelo presidente Mandela, como a sua recusa em condenar seus carcereiros, o chá com a viúva de Hendrik Verwoerd, o arquiteto do *apartheid* e, principalmente, a Comissão de Verdade e Reconciliação, na qual diversos agentes comprometidos com o regime anterior – inclusive jornalistas – prestaram depoimentos sobre a sua participação em abusos realizados entre 1960 e 1994 (Beall, Gelb & Hassin, 2005; Jacobs, 2002, Krabill, 2001; Wasserman & Beer, 2009)

Embora à primeira vista a transição para uma nova ordem tenha se dado de modo muito mais rápido e radical na África do Sul do que no Brasil, os problemas enfrentados no seu processo de democratização também foram, de diversas maneiras, muito mais complexos. Em parte isto tem a ver com o caráter multiétnico e multilinguístico do país. Do ponto de vista étnico, a maioria negra se divide em diversos grupos étnicos e linguísticos e mesmo a minoria branca se divide em grupos cuja primeira língua é o inglês e aqueles cuja língua materna é o *afrikaans* (de fato, a constituição sul-africana reconhece onze línguas oficiais no país). Os contatos entre estes grupos foram sistematicamente desencorajados ao longo da história sul-africana,

tendência que se agravou durante o *apartheid*. Mais do que simplesmente separar os brancos dos demais grupos raciais, o regime do *apartheid* encorajou sistematicamente a população negra a se definir em referência a suas identidades étnicas particulares, ao invés de uma identidade racial comum, o que é consistente com a lógica do “dividir para conquistar” (Tomaselli, 2000a). Deste modo, o processo de transição para a democracia na África do Sul não se limitou à transformação das instituições e práticas políticas, mas envolveu também um complexo esforço de *nation building*. Além disso, problemas herdados do regime anterior tais como a enorme desigualdade socioeconômica, a situação bastante problemática da saúde (particularmente no que diz respeito à epidemia de AIDS) e os altos índices de criminalidade acrescentaram elementos de tensão e incerteza ao processo de transição (Beall, Gelb & Hassin, 2005; Moodley & Adam, 2000; Pieterse, 2002).

Em termos concretos esses novos desafios se traduziram no embate entre dois projetos rivais para a nação. O primeiro, esposado pelos novos governantes, aponta na direção de uma retomada da questão racial – tanto através de políticas de empoderamento econômico da população negra (Black Economic Empowerment, ou BEE) quanto na denúncia de um viés racista por parte de determinados segmentos da sociedade e, em particular, da imprensa (Berger, 2001; Moodley & Adam, 2000; Tomaselli, 2000b) – e de uma política de aproximação do país em relação ao continente africano, expressa no conceito de Renascimento Africano (Ahluwalia, 2002; Vale & Maseko, 1998). O outro projeto, de natureza eurocêntrica e liberal define as democracias ocidentais como modelo a ser adotado pela África do Sul (Botma, 2001). Coerentemente com estes princípios, os setores que patrocinam este ponto de vista manifestam desconforto com alguns traços do novo regime que sucedeu ao *apartheid*, tais como a hegemonia conquistada a esmagadora supremacia do CNA desde 1994, que faria do país uma democracia de partido hegemônico (Tomaselli & Teer-Tomaselli, 2008), do esforço demonstrado pelo partido de definir o interesse nacional em termos que excluiriam ou marginalizariam determinadas minorias (Pieterse, 2002), do discurso no qual o partido reivindica representar o interesse nacional (Wasserman & de Beer, 2005a), na sobrevivência de um “ethos do camarada” (*comrade ethos*), herdado dos anos de clandestinidade (Johnston, 2005), e da sua polêmica relação com os meios de comunicação, expressa tanto na instrumentalização do canal de televisão público SABC

pelo CNA e sua relação fria, quando não hostil em relação à mídia impressa (Wasserman & de Beer, 2005b), dentre outros. Além disto, estes setores comumente estiveram associados a uma perspectiva negativa sobre a África – por vezes definida como *afro-pessimismo*. De acordo com esta perspectiva, ao invés de a África do Sul servir como um farol para os demais países africanos, apontando para eles um caminho de aprimoramento, a pesada herança deles é que terminaria por se impor à África do Sul, que tenderia a se tornar “um país africano como os outros”: pobre, com um governo com características autoritárias e assolado por doenças e pela corrupção (Wasserman & Beer, 2009).

Brasil, África do Sul e a “transição permanente”

No primeiro momento do debate sobre a “terceira onda da democratização” a questão da transição democrática parecia algo simples. Huntington, por exemplo, propôs uma definição mínima de democracia baseada em eleições, de tal modo que “o ponto crítico no processo de democratização seria a substituição de um governo que não foi eleito deste modo por outro que foi escolhido por meio de uma eleição livre, aberta e justa” (1991: 9). Em uma definição algo mais exigente, Przeworski propôs definir a democracia como um sistema que institucionaliza a incerteza ou, posto de forma mais crua, “um sistema no qual os partidos perdem eleições” (1991: 10). Progressivamente os critérios utilizados para definir a democracia se tornaram mais rigorosos e complexos, de tal maneira que a dimensão propriamente eleitoral da política passou a ser julgada insuficiente para dar conta satisfatoriamente dela. Na medida em que isto aconteceu, alguns autores começaram a questão de um ponto de vista mais matizado. O’Donnell (1994), por exemplo, sugeriu que muitas das democracias emergentes se caracterizavam como democracias delegativas antes que representativas, caracterizadas por um alto grau de poder dispensado aos chefes do poder executivo – tipicamente presidentes – e baixo nível de *accountability* horizontal exercido frente a outras instituições. A partir do início da década de 2000 alguns autores foram mais longe e sugeriram que, em algumas sociedades o processo de transição poderia levar a regimes híbridos, situados em uma zona cinzenta entre o autoritarismo e a democracia (Carothers, 2002; Diamond, 2002; Levitsky & Way, 2002).

Embora o Brasil e a África do Sul apresentem regimes democráticos há duas décadas ou mais, as análises realizadas acerca dos dois países tendem a considerá-los sob o ponto de vista da sua transição para uma forma mais madura de democracia. No caso da África do Sul, as reservas manifestadas quanto à qualidade da sua democracia dizem respeito em grande medida à posição amplamente dominante de que o CNA tem se beneficiado continuamente desde 1994, conquistando mais de sessenta por cento dos votos em todas as eleições, o que faz do país um exemplo de sistema de partido dominante. Além disto, um conjunto suplementar de preocupações se apresenta com relação à própria natureza do partido dominante: seu passado como organização clandestina, sua aliança com o Partido Comunista da África do Sul (PCAS), a sua relação ambígua com o mundo ocidental, etc. No caso brasileiro, as críticas se focaram a princípio no caráter frágil e pouco estruturado de suas principais instituições políticas – e dos seus partidos de modo especial – e, embora este aspecto continue presente na agenda da discussão sobre o tema hoje parece haver um acordo de que elas são mais sólidas do que pareciam a princípio. No Brasil também, um partido de esquerda se mantém dominante no cenário político, embora a menos tempo (desde 2002), sem uma base parlamentar nem de longe comparável à do CNA (o PT não tem nem vinte por cento dos deputados da Câmara Federal), e suas posições políticas são consideradas relativamente moderadas no contexto da América do Sul. Do ponto de vista deste trabalho, o ponto mais importante é que tanto o PT como o CNA enfrentam uma contestação quanto à sua legitimidade política que tem na imprensa um dos seus principais campos de expressão. É este aspecto que discutiremos a seguir.

Mídia e Transição Política: a Perspectiva Liberal

Como regra geral, os estudos que discutem a relação entre meios de comunicação e instituições políticas em sociedades “transicionais” tendem a considerar o problema tendo por referência o modelo liberal do *Fourth Estate*. Nos termos desta perspectiva, a imprensa é julgada com base na sua capacidade de desempenhar satisfatoriamente o papel de cão de guarda a serviço dos interesses dos cidadãos. A premissa por trás deste argumento é que quanto maior o nível de liberdade desfrutado

pelos veículos jornalísticos – preferencialmente geridos por organizações privadas – mais eles tenderão a atuar como instrumento virtuoso de controle do governo.

De modo interessante, o modelo do jornalismo como *Fourth Estate* não é aplicado de maneira semelhante em toda parte. De fato, é nas chamadas democracias consolidadas – supostamente aquelas em que a imprensa dispõe de maior liberdade de atuação – que o modelo tende a ser menos aplicado como ferramenta analítica. Ele parece pouco útil, por exemplo, para dar conta dos países cujo jornalismo é fortemente estruturado em torno de um modelo partidário. Neste caso faz pouco sentido atribuir aos veículos da imprensa a responsabilidade pela defesa do interesse público em geral, visto que cada um deles representa interesses políticos particulares – e em muitos casos contraditórios. O grau de aplicabilidade do modelo do *Fourth Estate* a estes países varia em função de alguns fatores: ele será maior em sociedades cujos jornalistas compartilham um ethos de serviço público e menor naquelas em que as fronteiras entre governo e partidos políticos sejam menos claramente definidas (Hallin & Mancini, 1984, 2004).

Mesmo nas democracias consolidadas em que o conceito de *Fourth Estate* é aplicável – e de cuja experiência histórica ele se originou, tais como o Reino Unido e os Estados Unidos – ele raramente é usado para descrever o modo como os meios de comunicação se relacionam com as instituições políticas em circunstâncias concretas. No Reino Unido, diversos autores dão conta do conceito como uma idealização historicamente construída e politicamente motivada sobre o papel da imprensa e, como tal, pouco adequada como ferramenta analítica (Boyce, 1978, Sparks, 1995). Nos Estados Unidos, igualmente, desde a década de 1920 uma vasta bibliografia tem elencado diversas razões que levam a que, na prática, a atuação política da imprensa se afaste significativamente da que se expressa através do modelo do *Fourth Estate* (por exemplo, Gitlin, 1980; Lippmann, 1922; Sparrow, 1999).

Em síntese, nos países em que a liberdade de expressão é tomada como um dado, a literatura acadêmica não supõe que a imprensa venha a cumprir o papel de *Fourth Estate*. Contudo, no que se refere aos países “transicionais” ou “autoritários” persiste a convicção de que, em circunstâncias democráticas a imprensa deveria agir em conformidade com os parâmetros normativos do *Fourth Estate*. Esta perspectiva se faz

presente de duas maneiras principais: 1) em relatos sobre processos bem sucedidos de construção de um *Fourth Estate* onde antes havia uma imprensa dócil ao poder (Lawson, 2002; Blankson, 2007); em análises que dão conta dos obstáculos enfrentados pela imprensa para desempenhar este papel, quer derivados de uma imposição externa (por meio da repressão política/legal) ou da aquiescência da imprensa (através do clientelismo e da corrupção) à ordem dominante (Agee & Traquina, 1984; Jakubowicz, 2001). Em todos os casos, o desempenho da imprensa é julgado em função da sua maior ou menor capacidade (ou interesse) de atuar como cão de guarda do governo a serviço dos cidadãos e, desta forma, contribuir para o aperfeiçoamento das suas instituições políticas.

Dois aspectos em particular devem ser destacados em relação ao modo como o modelo do *Fourth Estate* é aplicado às sociedades ditas transicionais ou autoritárias. Em primeiro lugar, a premissa que sustenta este tipo de análise é que a imprensa e os jornalistas seriam naturalmente comprometidos com uma perspectiva liberal acerca da política e do papel que lhes caberia desempenhar nela. Assim, quando suas concepções ou modo de atuação se afastam dos princípios liberais, isto é considerado um “desvio” em relação à norma, que é geralmente explicado como resultando da ausência dos fatores que teriam viabilizado o advento do *Fourth Estate* em outras sociedades, tais como, por exemplo: uma economia de mercado sólida, que permitiria às organizações usufruir de maior autonomia frente ao Estado e às forças políticas (Waisbord, 2000); a corrupção (Gross, 2008; McNair, 1996) e o clientelismo (Lee, He & Huang, 2007; Örnbring, 2012) que resultariam de uma autoridade racional-legal frágil (Hallin & Papathanassopoulos, 2002; Hallin & Mancini, 2004, Hughes & Lawson, 2005); o desenvolvimento insuficiente de uma cultura profissional entre os jornalistas (Hughes & Lawson, 2005,); a persistência de traços autoritários herdados do regime anterior () ou de padrões de violência contra os jornalistas (Waisbord), ambos indicadores de um desenvolvimento ainda limitado da democracia.

Embora tenha se tornado alvo de um número crescente de críticas (Albuquerque, no prelo; McCargo, 2011; Zhao, 2011), a noção de que o *Fourth Estate* constitui um modelo natural para a mídia das sociedades tradicionais permanece, no mais das vezes, uma premissa inquestionável para boa parte dos textos produzidos sobre o assunto. Isto nos leva ao segundo ponto: mais do que uma verdade autoevidente, a proposição de que

quanto mais livre for a imprensa, mais virtuosa tenderá a ser a sua atuação e maior a sua contribuição para o aperfeiçoamento da democracia tem sido ativamente promovida pelo governo americano (Blanchard, 1986; Sussman & Krader, 2008) e por instituições profundamente comprometidas com a agenda liberal – as quais do ponto de vista do governo americano, operam como recursos de *soft power* (Nye, 1990). Dentre elas podemos citar o *Journal of Democracy*, organização destinada a promover no âmbito acadêmico o modelo ocidental de democracia (Diamond & Plattner, 1990), as diversas organizações cujo propósito é avaliar comparativamente o grau de liberdade de imprensa em diversos países, com destaque para a *Freedom House*, cujos indicadores são empregados em inúmeros trabalhos acadêmicos (Becker, 2003; Becker, Vlad & Nusser, 2007) e o Banco Mundial (*World Bank*), que tem desempenhado um papel proeminente no debate sobre o papel que cabe à mídia desempenhar no combate à corrupção (Camaj, 2013; Rønning, 2009; Stapenhurst, 2000)

Em síntese, a utilização do modelo normativo do *Fourth Estate* como parâmetro de avaliação da relação entre imprensa e instituições políticas nas sociedades “transicionais” deve ser considerada com alguma cautela, por dois motivos principais. Em primeiro lugar, porque este modelo de avaliação não se aplica igualmente a todas as sociedades – de fato, a bibliografia referente às chamadas democracias consolidadas usualmente destaca que o modelo não descreve realisticamente o modo como a imprensa atua politicamente nelas – o que resulta em um maior rigor no julgamento das democracias em transição do que as “consolidadas”. Em segundo lugar, parece razoável sugerir que a adoção deste modelo de análise está ligada a uma agenda política específica (liberal), com base na qual os modelos oriundos das democracias ocidentais são caracterizados como dotados de valor universal e, portanto, dotados de um valor exemplar para os demais países. Como veremos a seguir, a referência mais ou menos ortodoxa ao modelo da imprensa como um *Fourth Estate* e à tradição política liberal ocidental constitui um dos principais pontos de fricção entre a imprensa e os governos de esquerda no Brasil e na África do Sul.

Imprensa e Governo: Relações Tensas

“O povo votou contra a opinião pública”. A declaração, atribuída ao jornalista Alexandre Garcia, da Rede Globo de Televisão resume o mal-estar experimentado por diversos jornalistas vinculados às principais organizações jornalísticas do país em face da folgada reeleição de Luis Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2006, a despeito da cobertura extremamente desfavorável destinada a ele pelos meios de comunicação, por conta dos escândalos políticos que abalaram o seu primeiro mandato, especialmente o Mensalão. Para Carlos Schroeder, o diretor geral da divisão de jornalismo da Rede Globo, a falta de reação popular aos escândalos políticos evidenciaria um alto nível de apatia política por parte da população brasileira (Porto, 2012). Este sentido de isolamento dos jornalistas – automeados defensores do interesse público – em relação à maioria dos cidadãos não constitui um traço específico do Brasil, mas é compartilhado com outros países que têm em comum: 1) a inserção periférica na ordem global, que remete ao seu passado colonial; 2) conta com uma imprensa orientada para um público de elite e de tendência ocidentalizante; 3) experimentaram mudanças sociais e políticas nas últimas décadas, que levaram ao advento de governos situados à esquerda do espectro político. Tais características se fazem presentes em outros países sul-americanos e, também, na África do Sul. Também neste país, jornalistas e organizações noticiosas reivindicam para si o status de defensores do *interesse público* e, nesta qualidade, fazem frente a governos democraticamente eleitos que, por sua vez, clamam para si o papel de defender o *interesse nacional* (Wasserman & Beer, 2005b, 2006).

Nesta seção analisaremos, sob um prisma comparativo, cinco temas como objetos de tensão na relação que jornalistas e organizações jornalísticas estabelecem com o governo da África do Sul e do Brasil: 1) o peso do partido dominante (CNA e PT) no governo; 2) a questão do populismo; 3) o controle e a regulamentação da mídia; 4) as relações internacionais estabelecidas pelos governos dos dois países, particularmente no que se refere aos seus vizinhos; 5) o problema da corrupção.

Quer do ponto de vista histórico, quer de sua força política no presente, o CNA e o PT são partidos muito diferentes. Fundado em 1912, o CNA se tornou um partido clandestino durante o período do *apartheid* e participou da resistência armada ao

regime, através do seu braço militar *Umkhonto we Sizwe*, até se tornar um partido legal durante o processo de transição para a democracia. Desde 1994 o partido desempenha um papel amplamente dominante na política sul-africana, tendo obtido mais de 60% dos votos em todas as eleições desde então. O PT foi fundado em 1979, a partir do movimento sindical e no contexto do processo de redemocratização promovido pelo governo militar. Embora o partido tenha obtido três vitórias sucessivas em pleitos presidenciais, os índices obtidos pelos candidatos do partido foram muito inferiores aos do CNA, e no Congresso Nacional, o PT jamais obteve mais de um quinto das vagas, o que obriga o partido a estabelecer coalizões políticas amplas e ideologicamente diversas. Contudo, o peso político do partido é maior do que estes dados sugerem. Uma evidência disto pode ser encontrada nos índices de preferência partidária aferidos por sucessivas pesquisas do ESEB: dentre os 40% de eleitores que manifestam preferência partidária, 60% manifestam preferência pelo PT, o que levou alguns autores a sugerir que o sistema partidário brasileiro é estruturado em referência a um único partido (). Para além das diferenças existentes nos dois países, o modo como a grande imprensa lida com eles apresenta pontos em comum: em ambos os casos, a posição dominante desfrutada pelos dois partidos no cenário nacional, seu caráter de partidos de massa com perfil à esquerda é apresentado como uma ameaça à democracia () e, por conta disto, vastos setores da imprensa justificam o seu apoio à oposição como uma decorrência da sua missão como *Fourth Estate* (Hadland, 2011).

O temor quanto à “partidocracia” é complementado pela desconfiança manifestada pela imprensa no tocante às tendências “populistas” dos líderes dos dois países. No caso sul-africano, essa tendência ganhou corpo principalmente a partir da posse (em 2007) de Jacob Zuma, cujo estilo carismático, origem popular e proximidade da cultura tribal zulu – expresso no uso de vestimentas tradicionais como o traje feito de pele de leopardo e casamentos poligâmicos – além de uma perspectiva econômica mais à esquerda contrastam com o estilo mais sóbrio e moderado (do ponto de vista político e econômico) de seus antecessores Nelson Mandela e Thabo Mbeki (Wasserman & de Beer, 2009). No Brasil, acusações acerca do estilo populista do presidente Lula se tornaram comuns após a deflagração do escândalo do Mensalão. Após um primeiro momento de abalo, a popularidade de Lula não apenas retomou os níveis anteriores ao Mensalão – com cerca de 40% das avaliações de seu governo como “bom” ou “ótimo” –

como efetivamente os ultrapassou, o que lhe permitiu conquistar a reeleição de forma relativamente tranquila – no final do primeiro mandato aproximadamente 50% dos eleitores avaliavam seu governo de maneira positiva. A avaliação positiva do governo Lula cresceu de maneira regular, e chegou a cerca de 80% dos entrevistados no final do seu segundo mandato. Para alguns setores da imprensa brasileira, a explicação para a capacidade de Lula de reverter os danos provocados pelo escândalo deveria residir em outro fator: os seus dotes como comunicador e sua capacidade de manipulação do público. A ênfase na dimensão personalista e populista do governo se traduziu de modo especial no uso generalizado do termo “lulo-petismo” para se referir às forças do governo. Além disso, jornalistas em posição de liderança como Merval Pereira (2010), ex-diretor de redação do jornal *O Globo*, e Ali Kamel (2009), diretor da Central Globo de Jornalismo (Rede Globo de Televisão) escreveram livros cujo propósito fundamental era desvelar para o público a “verdadeira face” do presidente. Principalmente no segundo mandato de Lula, a imprensa passou a se reagir contra a habilidade do presidente de se comunicar com o público e suas críticas ao comportamento da imprensa como implicando uma ameaça à democracia. A ênfase na dimensão populista dos governos Zuma e Lula merece uma observação: como regra geral o termo “populismo” tem sido utilizado para descrever situações em que lideranças políticas se valem do seu carisma pessoal para se comunicar diretamente com os cidadãos, à revelia das instituições democráticas. Esta não parece ser uma boa descrição em nenhum dos dois casos, dado que, como vimos acima, em ambos os casos os governos se baseiam em partidos políticos sólidos.

Um terceiro ponto de controvérsia entre jornalistas da grande imprensa e os governos da África do Sul e do Brasil diz respeito à questão do controle e da regulamentação da mídia. Durante o período do *apartheid*, o Partido Nacional, então no poder, exerceu um alto grau de controle sobre a empresa pública de radiodifusão (South African Broadcasting Corporation, ou SABC), detentora do monopólio das transmissões de rádio e televisão no país e censura aos veículos da imprensa. O processo de democratização do país modificou dramaticamente este panorama, na medida em que ofereceu garantias legais para a liberdade de imprensa e as bases de uma autoridade independente no comando da SABC. Contudo, por mais significativas que tenham sido estas mudanças, elas não fizeram desaparecer as contradições, as desconfianças

recíprocas e os ressentimentos acumulados durante o período do *apartheid*. Mandela, por exemplo, criticou a composição dos quadros da imprensa – predominantemente brancos e de classe média – e suas perspectivas como pouco representativas do conjunto do país. As relações se tornaram ainda mais tensas nos governos seguintes: em 1999/2000, durante o governo Mbeki a Comissão Sul-Africana para os Direitos Humanos se reuniu para investigar denúncias de racismo por parte de setores da mídia tradicional, críticas duras foram formuladas autoridades do governo e líderes do CNA em relação à atuação da imprensa e processos judiciais foram dirigidos contra jornalistas e organizações noticiosas por autoridades do regime; ao mesmo tempo em que, valendo-se da retórica do *Fourth Estate*, setores da imprensa acusavam o governo de tentar calar a imprensa, instrumentalizar a SABC e, em uma curiosa inversão de posições, de racializar o debate político, ao marginalizar a imprensa e as perspectivas “brancas” (Berger, 2001, Durrheim et al., 2005; Finlay, 2011; Johnston, 2005, Tommaseli, 200b)

No Brasil, a transição para a democracia teve consequências diferentes no que toca à relação entre o governo e os meios de comunicação. Em um primeiro momento as organizações midiáticas viram a sua influência política aumentar significativamente. Isto é particularmente verdadeiro no caso das Organizações Globo, grupo midiático dirigido por Roberto Marinho que, de aliado fiel do regime militar, prontamente se transformou em fiador do novo regime. O prestígio de Marinho junto ao novo governo era tão grande que ele teria sido o responsável pela escolha de Antonio Carlos Magalhães como ministro das Comunicações (Guimarães & Amaral, 1988; Porto, 2012). Em diversas circunstâncias, as organizações midiáticas reivindicaram exercer um papel político ativo, como mediadoras das relações que se estabelecem entre as instituições políticas e do governo, em uma versão contemporânea do Poder Moderador. A crise que levou ao impeachment do presidente Fernando Collor de Mello em 1992 fornece um exemplo particularmente vívido a este respeito (Albuquerque, 2005). A situação só mudou em 2002, com a conquista da presidência pelo PT, com o qual as principais organizações midiáticas brasileiras mantiveram sempre uma relação pouco amigável. Cabe destacar que os meios de comunicação eletrônicos brasileiros têm sido dominados por organizações privadas, que atuam em um ambiente muito pouco regulamentado, e as organizações profissionais jamais conseguiram atuar efetivamente

no estabelecimento de uma normatização da atividade jornalística. Assim, as (tímidas) iniciativas promovidas pelo governo no sentido de reforçar a emissora pública de televisão, e de propor um marco legal e um conselho nacional de jornalismo foram recebidas com grande hostilidade pelas principais organizações midiáticas brasileiras, para as quais tais iniciativas seriam indicadoras de um esforço no sentido de limitar a liberdade de imprensa. Igualmente, críticas tecidas por dirigentes do PT e autoridades do governo (e em especial pelo presidente Lula) à cobertura dos veículos da imprensa em relação a temas polêmicos também têm sido retratadas como ameaças à sua autonomia, e à função de *Fourth Estate* que lhes caberia desempenhar.

O quarto ponto de atrito entre a grande imprensa e os governos da África do Sul e do Brasil diz respeito à política exterior, vista como um importante sintoma do projeto nacional dos dois governos. Em ambos os casos, a imprensa tem recorrentemente manifestado preocupação com a aproximação entre seus países e seus vizinhos regionais, em detrimento de laços mais sólidos com o ocidente. No caso da África do Sul, país historicamente dominado por uma minoria branca correspondente a menos de 10% da população total do país, esta preocupação se exprime através do conceito de afro-pessimismo, nos termos do qual o continente africano – e a África negra de modo especial – estaria fadado ao fracasso e à obscuridade no plano político e socioeconômico (), em oposição à ênfase positiva dada pelos líderes políticos do CNA à africanidade e suas contribuições para a humanidade – expressa, por exemplo, na afirmação do princípio ético do Ubuntu² como fundamento de uma nova política e base de um novo modelo de prática comunicativa (). Em particular, a grande imprensa sul-africana manifesta contrariedade com relação à relação especial que o governo sul-africano mantém com o governo de Zimbabwe, chefiado por Robert Mugabe, tido como o modelo acabado do déspota africano³.

No Brasil, igualmente, as relações entre os governos petistas e seus vizinhos esquerdistas – a Argentina, o Equador, e Venezuela, de modo mais destacado – despertam ansiedade junto a amplos setores da grande imprensa. Em linhas gerais, a aproximação de outros países da América Latina às expensas de um vínculo mais sólido

² Ubuntu

³ ZANU e CNA

com os países ocidentais – que supostamente oferecem o modelo por excelência de desenvolvimento econômico e democracia política.- é percebida como um contra-senso, e uma indicação preocupante no tocante à sinceridade do compromisso do governo brasileiro com os valores democráticos. Em particular, os governos destes países tomaram diversas medidas que, do ponto de vista da maior parte da grande mídia brasileira se apresentam como repressivas e contrárias ao princípio da liberdade de expressão, tais como, por exemplo, o cancelamento da licença da emissora de televisão RCTV na Venezuela, o processo judicial movido pelo presidente do Equador Rafael Correa contra jornalistas, a Ley de Medios argentina. Assim, a imprensa brasileira vê na proximidade política do Brasil com estes vizinhos como um prenúncio de que medidas autoritárias características de regimes populistas de esquerda, particularmente no que se refere à imprensa ⁴. De fato, a imprensa brasileira encontrou seus próprios mecanismos de articulação política: fundado em 2005, o Instituto Millenium, uma organização comprometida com a defesa de perspectivas liberais no campo da economia e da política, conta com a participação, entre seus mantenedores e parceiros, de alguns dos mais importantes grupos de comunicação do país, como o Grupo Abril, o Estadão, o Grupo RBS, além de contar com o diretor das Organizações Globo João Roberto Marinho entre seus financiadores; no plano internacional o Grupo de Diários América (GDA) é integrado por grupos jornalísticos de onze países da América Latina – o Brasil é representado por *O Globo* – igualmente comprometidos com uma agenda liberal.

Um último ponto a se destacar diz respeito à da corrupção. No caso da África do Sul pós-*apartheid* o tema tem sido considerado principalmente em referência ao tema mais amplo do afro-pessimismo e, secundariamente, em relação ao tema da cultura partidária – na forma de uma “cultura do camarada” (). O tema do afro-pessimismo tem raízes antigas, que remetem ao próprio processo de colonização da África, e se traduz de modo especial na ideia de que este seria um “continente sombrio”, fadado ao fracasso e ao caos – o que justificaria, portanto, a intervenção civilizadora das potências ocidentais. Recentemente o tema do afro-pessimismo ganhou nova roupagem, associada à questão da corrupção, que ganhou grande visibilidade recentemente, graças à atuação de organizações como a Transparência Internacional e o Banco Mundial, que munidos de referenciais analíticos centrados em premissas ocidentais, tendem a considerar os

⁴ Castañeda

países em desenvolvimento do ponto de vista do seu desvio em relação a uma norma suposta como universal (para uma crítica a este argumento ver de Sardan, 1999).

No Brasil, a corrupção foi uma questão importante em todos os governos que se seguiram à redemocratização (Power & Taylor, 2011): em particular, a corrupção foi o *motto* por detrás tanto da eleição (em 1989), quanto da queda (em 1992) do presidente Fernando Collor de Mello. Contudo, nenhum escândalo de corrupção teve uma presença tão intensa e duradoura na mídia como o escândalo do Mensalão. Deflagrado em 2005, ele se tornou um tema perene da cobertura midiática (e permanece um tema importante ainda hoje), descrito como “o maior escândalo político da história do país”. A atuação enérgica no tratamento do Mensalão é justificada por amplos setores da imprensa brasileira como uma evidência do seu efetivo papel investigativo como cão de guarda da sociedade, nos termos da doutrina do *Fourth Estate*. Contudo, as coisas parecem ser mais complexas do que isso, por duas razões principais. Por um lado, a grande maioria das informações divulgadas pelas organizações jornalísticas provém de vazamentos por parte de agentes interessados e não de trabalho investigativo no sentido estrito do termo (Porto, 2011; Waisbord, 2000). Por outro lado, o tratamento dispensado ao escândalo não se prendeu apenas à materialidade dos fatos, mas ganhou conotações nitidamente partidárias na medida em que se estendeu a um julgamento do governo como um todo. Frequentemente apresentado como o “Mensalão petista”, o escândalo serviu de base para o desenvolvimento de uma atitude de oposição sistemática de amplos setores da mídia ao governo federal de um modo geral, e ao PT de modo particular.

Imprensa e Realinhamento Político em Sociedades Periféricas

A despeito das inúmeras diferenças existentes entre o Brasil e a África do Sul, o tipo de relação que se estabelece, nos dois países, entre governo e imprensa apresenta notáveis semelhanças. Em ambos os casos, setores hegemônicos da imprensa mantêm uma relação de desconfiança e, mesmo, hostilidade frente aos governos esquerdistas dos dois países. Apoiados na retórica do *Fourth Estate*, estes meios de comunicação reivindicam para si o papel de defensores dos valores democráticos, os quais supostamente estariam sendo ameaçados por estes governos. Nesta lógica, a independência jornalística se confunde com uma postura de oposição política. Tais

características fazem supor que os dois países enfrentam problemas semelhantes no que se refere aos seus sistemas de comunicação política. Ambos os países se constituíram historicamente como países periféricos dentro da ordem do capitalismo global, cujas elites tradicionalmente se identificaram como portadores dos valores “universais” associados à civilização ocidental, mas se percebem cercadas por uma população cujos valores e perspectivas parecem não satisfazer às exigências mínimas requeridas para que sejam capazes de compreender e por em prática estes valores. Contudo, mudanças recentes abalaram o equilíbrio de poder que asseguravam a estas elites o seu lugar “natural” de comando na sociedade, propiciando a oportunidade para o advento de novas elites políticas e, ao mesmo tempo, alimentando a desconfiança e hostilidade das antigas. A título de conclusão apresento brevemente quatro fatores envolvidos nas tensões entre imprensa e governo nos dois países.

Diminuição dos Padrões de Desigualdade e Exclusão

O primeiro deles diz respeito à diminuição dos padrões de desigualdade e exclusão política que historicamente caracterizaram os dois países. Na África do Sul o sistema do *apartheid*, implantado a partir de 1948, levou ao limite a segregação racial já existente no país. Nos termos deste sistema a população negra do país – correspondente grosso modo a 80% da população – não apenas era impedida de votar, mas também estava sujeita a inúmeras limitações, tais como segregação espacial, no acesso a serviços públicos, etc. No Brasil – país que aboliu tardiamente a escravidão, em 1888 – padrões de desigualdade e exclusão também foram significativos, embora sem o grau de formalização que caracterizou o *apartheid*. A proibição do voto dos analfabetos, estabelecida pelo novo governo republicano em 1889 permaneceu vigente por um século, até ser eliminada pela Constituição de 1988. Em face da dimensão do analfabetismo no país, em 1950 este critério excluía da lista de eleitores cerca de metade dos adultos do país. Por muito tempo, o Brasil tem figurado com destaque na lista dos países com maior índice de desigualdade do mundo (juntamente com a África do Sul). Nas duas últimas décadas, contudo, essas tendências de desigualdade e exclusão foram consideravelmente revertidas. Com o fim do *apartheid* em 1994, o eleitorado negro se tornou largamente predominante na África do Sul, o que provocou um radical

realinhamento político-eleitoral. No Brasil o perfil da mudança foi antes social do que político, com uma diminuição significativa da desigualdade social – embora o índice Gini atual, de 0,52 seja ainda muito elevado ele diminuiu de modo expressivo e constante por mais de uma década.

A Virada para a Esquerda

O segundo tipo de realinhamento tem uma natureza mais especificamente política: ele se refere à mudança do eixo político dos dois países para a esquerda, com a chegada ao poder de partidos que até então ocupavam um papel relativamente marginal no sistema político, com a consequente perda de espaço das antigas elites. De fato, durante o período do *apartheid* o Congresso Nacional Africano (CNA) – que, de modo ininterrupto, vem ocupando a presidência do país desde 1994 – era um partido proscrito e alvo de intensa repressão, além de organizar uma guerra de guerrilhas contra o regime racista. O principal líder do partido e primeiro presidente negro eleito no país, Nelson Mandela passou cerca de três décadas na prisão. No Brasil, embora de forma menos dramática, o Partido dos Trabalhadores (PT) também foi por muito tempo percebido como um partido anti-sistema, e os dois presidentes eleitos pelo partido, Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (de 2011 até o presente) foram encarcerados pelo regime militar.

O Realinhamento Global

O terceiro realinhamento diz respeito ao modo de inserção dos dois países na ordem global. Tanto a África do Sul como o Brasil se constituíram, por meio de um processo colonial, como sociedades situadas na periferia do mundo ocidental. Em ambos os casos, após a independência dos países o poder político permaneceu nas mãos de uma elite branca, herdeira dos antigos colonizadores – embora o modo como isto se deu tenha sido bastante diferente nos dois casos – cujos valores e perspectivas se medem por referência àqueles do chamado Ocidente. Em particular, estas elites percebem o seu papel como sendo o de baluartes da civilização em meio a uma população fundamentalmente “bárbara” ou “inculta”, o que lhes conferiria uma natural

liderança na sociedade. Contudo, ao longo dos últimos anos a “natural” liderança global exercida pelos países ocidentais sofreu um significativo abalo, em função tanto da prolongada crise econômica enfrentada pelos países da América do Norte e da Europa ocidental desde 2007, quanto do crescimento econômico e das novas ambições políticas dos chamados “países emergentes”, dos quais o advento do BRICS como grupo de cooperação internacional (em 2011) é um exemplo. De modo igualmente significativo, os novos governos destes países fizeram movimentos significativos no sentido de se aproximar de seus vizinhos na África e na América Latina.

Continuidade no Controle dos Meios de Comunicação

Alternativamente, os meios de comunicação hegemônicos parecem ter se mantido consideravelmente estáveis do ponto de vista da sua propriedade, da composição social e do *ethos* profissional dos seus jornalistas e da sua orientação para a elite, tendo por referência os setores considerados mais relevantes na sociedade, cujas perspectivas (tal como presumidas por eles) são identificadas como sendo a “opinião pública” ou correspondendo ao “interesse público”. Esses meios de comunicação definem a sua missão por referência ao modelo ocidental do jornalismo como *Fourth Estate*, com base no qual reivindicam exercer o papel de cão de guarda a serviço dos cidadãos (*watchdog role*) e denunciam as críticas feitas por agentes políticos – e em especial aqueles ligados ao governo – como ameaças à liberdade de expressão e, portanto, à democracia. Em linhas gerais, estas características alimentam um estranhamento da imprensa com referência à nova ordem política e social emergente que, do seu ponto de vista, se apresenta uma ameaça aos seus interesses específicos, mas ao modo de vida e aos valores fundamentais da modernidade ocidental.

Referências Bibliográficas:

Agee Warren K. & Nelson Traquina (1984) A Frustrated Fourth Estate: Portugal's Post-Revolutionary Mass Media. *Journalism Monographs* n. 87.

Ahluwalia, Pal (2002). The Struggle for African Identity: Thabo Mbeki's African Renaissance. *African and Asian Studies* 1(4): 265-277.

- Albuquerque A (2005) Another Fourth Branch. Press and political culture in Brazil. *Journalism* 6(4), 486-504.
- Albuquerque A (2011) On Models and Margins. Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective. In Hallin DC, Mancini P (org.). *Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge & New York: Cambridge University Press, 72-95.
- Alves, Maria Helena Moreira (1988). Dilemmas of the Consolidation of Democracy From the Top in Brazil: A Political Analysis. *Latin American Perspectives* 15(3): 47-63.
- Ames, Barry (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Beall, Jo, Stephen Gelb & Shireen Hassim (2005): Fragile Stability: State and Society in Democratic South Africa, *Journal of Southern African Studies*, 31(4): 681-700
- Becker, Jonathan (2003). Keeping Track of Press Freedom. *European Journal of Communication* 18(1): 107-112.
- Becker, Lee B., Tudor Vlad & Nancy Nusser (2007). An evaluation of press freedom indicators. *International Communication Gazette* 69(1): 5-28.
- Berger, Guy (2001) Problematising race for journalists: Critical reflections on the South African Human Rights Commission Inquiry into media racism, *Critical Arts* 15 (1-2): 69-96
- Blanchard, Margareth (1986). *Exporting the First Amendment: the Press-Government Crusade of 1945-1952*. New York & Londres: Longman
- Blankson, Isaac A. (2007). Media Independence and Pluralism in Africa: Opportunities and Challenges of Democratization and Liberalization. In Isaac A. Blankson & Patrick D. Murphy (eds.) *Negotiating Democracy: Media Transformations in Emerging Democracy*. Albany: State University of New York Press, p. 15-34.
- Blumler Gurevitch
- Botma, Gabriël J. (2011). Going back to the crossroads: Visions of a democratic future at the dawn of the new South Africa. *Equid Novi: African Journalism Studies* 32(2): 75-89.
- Boyce, George (1978). The Fourth Estate: The reappraisal of a concept. In George Boyce et al. *Newspaper history: from the seventeenth century to the present day*. London: Constable; Beverly Hills: Sage, p. 19-40.
- Camaj, Lindita (2013). The Media's Role in Fighting Corruption: Media Effects on Governmental Accountability. *The International Journal of Press Politics* 18(1): 21-42.
- Carothers, Thomas (2002). The end of the transition paradigm. *Journal of Democracy* 13(1): 5-21.
- Castañeda, Jorge (2006). Latin America's Left Turn. *Foreign Affairs* 85(3): 28-43.

Castro, Celso & Maria Celina D'Araújo (2006). Democracia e Forças Armadas no Brasil da Nova República: balanço de uma pesquisa. In Alzira Alves de Abreu. *A Democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 15-43.

Chakrabarty

de Sardan, J. P. Olivier (1999). A moral economy of corruption in Africa?, *The Journal of Modern African Studies* 37(1): 25-52.

Diamond, Larry J. & Marc F. Plattner (1990). Why the “Journal of Democracy”. *Journal of Democracy* 1(1): 3-5

Diamond, Larry J. (2002). Thinking about Hybrid Regimes. *Journal of Democracy* 13(2): 21-35

Durrheim, Kevin et. Al. (2005). Denying racism: Discursive strategies used by the South African media. *CriticalArts* 19(1-2):

Ellner, Steve (2012). The Distinguishing Features of Latin America’s New Left in Power. The Chávez, Morales and Correa Governments. *Latin American Perspectives* 39(1): 96-114.

Figueiredo, Angelina Cheibub & Fernando Limongi (2007). Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In Carlos Ranulfo Melo & Manuel Alcântara Sáez. *A democracia brasileira. Balanços e perspectivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 147-198.

Finlay, Alan (2011). Staging performance: Race, authenticity and the right of speak in the media debates in the Mbeki era. *Ecquid Novi* 32(3): 34-44.

Gitlin, Todd (1980). *The Whole World is Watching*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.

Gross, Peter (2008). Forward to the Past: The Intractable Problems of Romania’s Media System. *The International Journal of Press/Politics* 13(2): 141-152.

Guimarães, César & Roberto Amaral (1988). Brazilian Television: a Rapid Conversion to the New Order. In Elisabeth Fox (ed.). *Media and Politics in Latin America: The Struggle for Democracy*. London & Newbury Park: Sage: 15-137.

Hadland, Adrian (2011) Africanizing Three Models of Media and Politics: The South African Experience. In Hallin DC, Mancini P (org.) (2011). *Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge & New York: Cambridge University Press, p. 96-118.

Hagopian, Frances (1990). “Democratic by undemocratic means”? Elites, Political Pacts and Regime Transition in Brazil. *Comparative Political Studies* 23(2): 147-170.

- Hallin, Daniel C. & Stylianos Papathanassopoulos (2002). Political clientelism and the media: Southern Europe and Latin America in comparative. *Media, Culture and Society* 24(2): 175-195
- Hallin , Daniel C. & Paolo Mancini (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- Horwitz, Robert B. (2004). *Communication and Democratic Reform in South Africa*. Cambridge & New York: Cambridge University Press.
- Hughes, Sallie & Chappell Lawson (2005). The Barriers to Media Opening in Latin America. *Political Communication* 22(1): 9-25.
- Huntington, Samuel (1991) *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*: Norman and London: University of Oklahoma Press.
- Hunter, Wendy (2011). Brazil: The PT in Power. In Steven Levitsky & Kenneth M. Roberts (eds.). *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press: 306-324.
- Hunter, Wendy & Timothy J. Power (2007). Recompensando Lula. Poder Executivo, Política Social e as eleições brasileiras de 2006. In Carlos Ranulfo Melo & Manuel Alcântara Saez. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 327-366.
- Jacobs, Sean (2002). How Good is the South African Media for Democracy? *African and Asian Studies* 1(4): 279-302.
- Jakubowicz, Karol (2001) Rude Awakening: Social and Media Change. *Javnost: The Public* 4 (1): 59-80.
- Johnston, Alexander (2005) The African National Congress, the print media and the development of mediated politics in South Africa. *CriticalArts* 19(1 & 2): 12-35.
- Kamel, Ali (2009). *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Krabill, Ron (2001). Symbiosis: mass media and the Truth and Reconciliation Commission of South Africa. *Media, Culture & Society* 23(5): 567-585.
- Lawson, Chappell H (2002). *Building the Fourth Estate: Democratization and the Rise of a Free Press in Mexico*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Lee, Chin-Chuan; Zhou He & Yu Huang (2007). Party-Market Corporatism, Clientelism, and Media in Shanghai. *The Harvard International Journal of Press/Politics* 12(3): 21-42.
- Levitsky, Steven & Lucian Way (2002). The Rise of Competitive Authoritarianism. *Journal of Democracy* 13(2): 51-65.

- Limongi, Fernando & Argelina Figueiredo (1998) Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova* n.44, pp. 81-106
- Linz, Juan J. (1994). Presidential or Parliamentary Democracy: Does It Make a Difference? In Juan J. Linz & Arturo Valenzuela. *The Failure of Presidential Democracy*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press: 3-87.
- Lippmann, Walter (1922). *Public Opinion*. New York: The Free Press.
- Mainwaring, Scott P. (1995). Brazil. Weak Parties, Feckless Democracy. In Scott Mainwaring & Timothy R. Scully (1995). *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford (CA): Stanford University Press: 354-398.
- Marengo, André (2007). Devagar se vai longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In Carlos Ranulfo Melo & Manuel Alcântara Saez. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 73-105.
- Martins, Luciano (1986). The “Liberalization” of Authoritarian Rule in Brazil. In Guillermo O’Donnell, Philippe C. Schmitter & Laurence Whitehead. *Transitions from Authoritarian Rule: Latin America*. Baltimore & Londres: Johns Hopkins University Press.
- McNair, Brian (1996) Television in post-Soviet Russia: from monolith to mafia. *Media, Culture & Society* 18 (3) 489-499
- Miguel, Luiz Felipe e Paulo Simões (2000). The Globo Television Network and the Election of 1998. *Latin American Perspectives* 27(6): 65-84.
- Moodley, Kogila & Heribert Adam (2000). Race and Nation in Post-Apartheid South Africa. *Current Sociology* 48(3): 51-69.
- Motter, Paulino (1994). “O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney”. *Comunicação & Política* 1(1): 89-116.
- Nye, Joseph S. (1990). Soft Power. *Foreign Policy* 80, 155-171.
- O’Donnell, Guillermo (1994). Delegative Democracy. *Journal of Democracy* 5(1): 55-69
- O’Donnell, Guillermo & Philippe C. Schmitter (1986). *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore & Londres: Johns Hopkins University Press.
- Örnebring, Henrik (2012). Clientelism, Elites, and the Media in Central and Eastern Europe. *International Journal of Press/Politics* 17(4): 497-515.

- Paiva, Denise & Gabriela da Silva Tarouco (2011). Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a identificação dos eleitores. *Opinião Pública* 17(2): 426-451.
- Pereira, Merval (2010). *O Lulismo no poder*. Rio de Janeiro: Record.
- Pieterse, Hendrik (2002) In Search of a Nation, *Safundi: The Journal of South African and American Studies*, 3:1, 1-18
- Porto, Mauro P. (2010) The Changing Landscape of Brazil's News Media. In David A. L. Levy & Rasmus Kleis Nielsen. *The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism: 107-124.
- Porto, Mauro P. (2011). The Media and Political Accountability. In Timothy J. Power & Matthew M. Taylor (eds.). *Corruption and Democracy in Brazil: The Struggle for Accountability*. Notre Dame: University of Notre Dame Press: 103-128.
- Porto, Mauro P. (2012). *Media Power and Democratization in Brazil: TV Globo and the Dilemmas of Political Accountability*. New York: Routledge.
- Power, Timothy J. (1997). Parties, Puppets, and Paradoxes: Changing Attitudes Toward Party Institutionalization in Post-Authoritarian Brazil. *Party Politics* 3(2): 189-219.
- Power, Timothy J & Matthew M. Taylor (2011). Introduction: Accountability Institutions and Political Corruption in Brazil. In Timothy J. Power & Matthew M. Taylor (eds.). *Corruption and Democracy in Brazil: The Struggle for Accountability*. Notre Dame: University of Notre Dame Press: 1-28.
- Przeworski, Adam (1991). *Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge & New York: Cambridge University Press.
- Rodrigues, Fernando (1997). Deputado diz que vendeu seu voto a favor da reeleição por R\$ 200 mil. Folha de S. Paulo, 13/05/97. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/pre_mer_voto_1.htm
- Rønning, Helge (2009). The politics of corruption and the media in Africa. *Journal of African Media Studies* 1(1): 155-171.
- Samuels, David (2006). Sources of Mass Partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society* 48(2): 1-27.
- Santos, Fabiano (2002). Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. *Dados* 45(2): 237-264.
- Schamis, Hector E. (2006). Populism, socialism, and democratic institutions. *Journal of Democracy* 17(4): 20-34.

Schudson, Michael (1978)

Schudson, Michael (2002)

Seymour-Ure

Sinclair, John. Mexico and Brazil: The Aging Dynasties. In Elisabeth Fox & Silvio Waisbord. *Latin Politics, Global Media*. Austin: University of Texas Press: 123-136.

Sparks, Colin (1995). The Media as a Power for Democracy. *Javnost (The Public)* 2(1): 43-59.

Sparrow, Benjamin (1999). *Uncertain Guardians: The News Media as a Political Institution*. Baltimore: The Johns Hopkins University

Stapenhurst, Richard (2000). *The Media's Role in Curbing Corruption*. Washington, D.C: The World Bank Institute.

Steenveld, Lynette (2004). Transforming the media: A cultural approach. *Critical/Arts* 18(1): 9-115.

Stepan, Alfred & Cindy Skach (1994). Presidentialism and Parliamentarism in Comparative Perspective. In Juan J. Linz & Arturo Valenzuela. *The Failure of Presidential Democracy*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press: 119-136.

Sussman, Gerald & Sascha Krader (2008). Template Revolutions: Marketing U.S. Regime Change in Eastern Europe. *Westminster Papers in Communication and Culture* 5(3): 91-112.

Tomaselli, Keyan (2000a). South African Media 1994-7. Globalizing via political economy in James Curran and Myung-Jin Park (eds.) *De-Westernizing Media Studies*. London/New York: Routledge.

Tomaselli, Keyan (2000b). Faulting Faultlines: Racism in the South African media. *Ecquid Novi: African Media Studies* 21(2): 157-174.

Tomaselli, Keyan G. & Ruth E. Teer-Tomaselli (2008). Exogenous and Endogenous Democracy: South African Politics and Media. *Press/Politics* 13(2): 171-180.

Waisbord, Silvio (2000). *Watchdog Journalism in South America: News, Accountability, and Democracy*. New York: Columbia University Press.

Wallerstein

Wasserman, Herman (2010). Political journalism in South Africa as a developing democracy – understanding media freedom and responsibility. *Communicatio* 36 (2): 240-51

Wasserman, Herman & Arnold S. de Beer (2005a). A Fragile Affair: The Relationship Between the Mainstream Media and Government in Post-Apartheid South Africa. *Journal of Mass Media Ethics* 20(2&3): 192-208.

Wasserman, Herman & Arnold S. de Beer (2005b). Which public? Whose interest? The South African media and its role during the first ten years of democracy. *CriticalArts* 19(1 & 2): 36-51.

Wasserman, Herman & Arnold S. de Beer (2006) Conflicts of interest? Debating the media's role in post-apartheid South Africa. In Voltmer K (ed.). *Mass Media and Political Communication in New Democracies*. London & New York: Routledge: 59-75.

Wasserman, Herman & Arnold S. de Beer (2009). Afro-optimism/Afro-pessimism and the South African media. *CriticalArts* 23(3): 377-395.

Weyland, Kurt (2005). The Growing Sustainability of Brazil's Low-Quality Democracy. In Frances Hagopian & Scott P. Mainwaring. *The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks*. Cambridge & New York: Cambridge University Press, p. 90-120.

Vale, Peter & Siphon Maseko (1998). South Africa and the African Renaissance. *International Affairs* 74(2): 271-287.

Veiga, Luciana (2011). O partidarismo no Brasil 2002/2010. *Opinião Pública* 17(2): 400-425.